

Notícias Sindicais, 01/04/14

Portal da CUT

Metalúrgicos do ABC elegem 272 dirigentes para 93 comitês sindicais

31/03/2014

Segundo turno da eleição será em maio, quando categoria escolherá presidente e membros dos conselhos fiscal e de direção entre os eleitos no chão de fábrica

Escrito por: Vanilda Oliveira - CUT Nacional

Os metalúrgicos e as metalúrgicas do ABC elegeram 272 dirigentes para representar o Sindicato dentro dos locais de trabalho por meio de 93 Comitês Sindicais de Empresa, conhecidos como CSEs. A votação ocorreu na terça e quarta-feira, com urnas nas fábricas, e a apuração foi concluída na quinta-feira (27) e teve a participação de 80% dos associados/as com direito a voto.

Essa foi a primeira etapa do processo eleitoral dos metalúrgicos do ABC à escolha da direção do Sindicato para o próximo mandato de três anos. A segunda e última parte da votação acontecerá em 7 e 8 de maio, quando a categoria voltará às urnas para escolher entre os 272 eleitos no primeiro turno o presidente do Sindicato, o Conselho da Executiva da Direção e o Conselho Fiscal. A posse está marcada para julho.

Isso significa que somente aqueles que foram votados e eleitos pela base para os comitês sindicais poderão disputar vaga nessas três instâncias de direção. Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o secretário-geral nacional da CUT, Sérgio Nobre, é um dos trabalhadores eleitos (no caso dele, reeleito) para o Comitê Sindical de Empresa na Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo.

Sérgio Nobre parabenizou à direção e todos os trabalhadores e trabalhadoras da categoria pela votação maciça, pautada pela democracia e transparência. "Passada a eleição, o caminho é prosseguir unidos com a luta para que nosso Sindicato continue sendo uma referência para os trabalhadores do País e da América Latina", afirmou o dirigente.

O presidente do Sindicato, Rafael Marques, também reeleito pela Ford, quer ampliar o debate nos CSEs eleitos. "Vamos exercer um mandato que represente a vontade depositada em nós pelas urnas.

"Temos certeza que teremos o apoio da companheirada nos próximos três anos para as lutas que enfrentaremos e também para dividir as conquistas que alcançarmos dentro das fábricas", disse Rafael. "Assim traremos para os locais de trabalho os debates municipais, regionais e nacionais que influenciam a existência de todos, para melhorar as condições de vida das companheiras e companheiros representados por nós."

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem mais de 100 mil trabalhadores em sua base, dos quais 75% associados. Na eleição anterior, em 2011, foram escolhidos 233 representantes em 89 comitês sindicais.

Mai um modelo pioneiro - A maneira de organização dos metalúrgicos do ABC começou a se diferenciar das demais entidades sindicais na década de 1980, quando o sindicato passou a eleger comissões de fábrica, organismos que não tinham reconhecimento oficial. Os Comitês Sindicais de Empresa superaram essa situação e a primeira eleição neste modelo foi realizada em 1999, quando foram escolhidos 190 dirigentes em 69 Comitês Sindicais.

Assim, os CSEs surgiram do conceito das Comissões de Fábrica criadas nas décadas de 70 e 80 ainda na ditadura militar, quando a maioria dos sindicatos estava sob intervenção do governo militar e os dirigentes sindicais afastados do chão de fábrica.

Os comitês hoje são criados por meio de acordo entre o Sindicato e as empresas. Nos locais de trabalho onde há CSE, a relação com os trabalhadores é muito eficiente, desde a atuação na resolução de questões pontuais no chão de fábrica até na negociação de acordos coletivos e negociações de PLR, e os direitos trabalhistas básicos fiscalizados e cumpridos.

Com informações da Tribuna Metalúrgica e Portal do SMABC

Portal da CUT

Juvandia Moreira é reeleita presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo

31/03/2014

Cerca de 28 mil bancários em 17 cidades participaram da votação

Escrito por: SPBancários

A Chapa nº 1, ligada à CUT, foi reeleita para comandar a gestão que permanecerá à frente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região no triênio 2014/2017. Juvandia Moreira foi reeleita como presidenta da entidade.

Com todos os votos apurados (28.741), a chapa 1 teve 82,11% dos votos válidos (23.159), contra 16,8% (4.746) da Chapa 2. Os votos em branco somam 297 e os nulos 539. Ao todo cerca de 200 urnas foram apuradas.

"Tivemos uma votação expressiva: foram mais de 28 mil bancários que participaram do nosso processo eleitoral. Isso representa união, participação e compromisso da categoria. Agradeço o reconhecimento e a confiança que depositaram na chapa 1. Avançamos muito, mas ainda há muito a se conquistar. Nossa luta é por valorização de salários e melhores condições de trabalho e vida para a categoria bancária", disse Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. "Também vamos continuar atuando em temas importantes para o país como mobilidade urbana, reforma tributária, política econômica, salário igual para trabalho de igual valor, reforma política, democratização da mídia e a defesa da pauta da classe trabalhadora".

Foram quatro dias de votações que tiveram início na terça-feira (25) às 07h e terminaram na sexta (28) às 16h. A contagem dos votos foi encerrada na madrugada deste sábado (29). A eleição tem proporção e importância comparável a muitos municípios brasileiros. Foram cerca de 28 mil votantes espalhados em quase 200 urnas fixas nas concentrações dos bancos ou itinerantes; em mais de três mil locais de trabalho. O Sindicato é um dos maiores do Brasil e da América Latina.

Perfil – Juvandia Moreira é formada em direito e pós-graduada em política e relações internacionais. Funcionária do Bradesco na área de câmbio, começou como diretora do Sindicato em 1997. Esta à frente da entidade desde junho de 2010, quando se tornou a primeira mulher, após 87 anos de história do Sindicato, a chegar à presidência. Juvandia tem a responsabilidade de negociar as campanhas salariais, com validade em todo o país, na Convenção Coletiva de Trabalho. Atualmente é integrante do Conselho da Cidade de São Paulo e representante do Sindicato na UNI Finanças Mundial.

Portal da CUT

Assembleia de educadores do Paraná aprova greve geral a partir do dia 23 de abril 31/03/2014

Decisão histórica foi tomada neste sábado (29); trabalhadores cobram cumprimento de leis e melhores condições de trabalho

Escrito por: CUT-PR e APP-Sindicato

Mais de mil educadores e um consenso: a categoria está decepcionada com o descaso e com a lentidão nas negociações com o governo do estado do Paraná. Trabalhadores e trabalhadoras da Educação representando todos os 29 Núcleos Regionais da APP-Sindicato no Paraná, estiveram presentes na assembleia que decidiu pela deflagração da greve geral da categoria.

Após uma manhã de intensos debates sobre a conjuntura política, estrutural e econômica do Paraná e a análise histórica e minuciosa do trabalho da APP na defesa dos direitos da categoria, a quase totalidade dos educadores e educadoras decidiu, em votação democrática, pela intensificação do calendário de mobilizações para os meses de abril e maio. Haverá greve geral nas escolas públicas e estaduais a partir do dia 23 de abril.

"Já é uma greve histórica na educação do Paraná. Esta foi a única maneira encontrada para que o governador Beto Richa atenda a pauta da educação. A militância CUTista estará junto nas ruas apoiando a greve da APP-Sindicato", afirmou a presidenta da CUT Paraná, Regina Cruz.

A Assembleia também aprovou a realização de um acampamento em frente ao Palácio Iguazu nos dias 23, 24 e 25 de abril, e a continuidade da campanha "Hora-atividade pra Valer".

Os(as) educadores cobram, entre outros, os 33% de hora-atividade; a implantação do Piso Nacional para o professor (mínimo de 8,32%); o reajuste no mesmo índice do Piso Regional (7,34%) para os funcionários(as) de escolas; o pagamento das promoções e progressões em atraso; o fim do corte do auxílio transporte para os(as) afastados por licença médica; melhoria do contrato PSS, e a implantação de um novo modelo de atendimento à saúde do funcionalismo público.

A votação expressa a atuação do Sindicato diante das insistentes negativas do governo. Para a presidenta da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, esta assembleia foi positiva. "Todos nós estávamos favoráveis à greve. Agora a categoria precisa se organizar para construir o movimento para fazer com que o governo atenda as nossas propostas". O secretário de Imprensa da APP, professor Luiz Carlos Paixão reforça que a greve é uma das formas de pressionar o governo do Estado. "Mais uma vez a categoria mostrou sua força e unidade. Agora todos nós temos o desafio e a tarefa de construir a partir do seu local de trabalho uma greve histórica para a educação do Paraná. Caso o governo não queira a greve, que apresente uma proposta concreta para o atendimento dos principais reivindicações da categoria", salienta o professor.

Confira o calendário de mobilização aprovado pela assembleia:

30 de março até 30 de abril – realização de assembleias regionais em todos os núcleos sindicais da APP-Sindicato Sindicais da APP.

Dia 8 de abril – Encontro Estadual de diretores e diretoras das escolas sobre o porte de escola.

Dia 9 de abril – Marcha da classe trabalhadora, em São Paulo, na Pça da Sé às 9h. Envio de caravana do Paraná.

Dia 14 de abril – Mobilização com vigília dos aposentados e aposentadas pela implantação do nível II na tabela. (10 horas reunião na APP, 14 horas mobilização na Alep e 17h até 00h vigília no Palácio Iguazu).

Dia 23 de abril – início da greve dos(as) educadores(as) paranaenses.

Do dia 23 até 25 – Acampamento em frente ao Palácio Iguazu em Curitiba. Durante o acampamento será realizada devolução simbólica do Cartão Saúde do Governo.

Do dia 24 até 30 de abril – 15ª Semana Nacional em Defesa da Educação Pública, organizada pela CNTE.

29 de abril - Ato Público em Curitiba.

Ações que antecedem à greve

Outra decisão da assembleia foi a realização de recepções ao governador em suas atividades nos municípios do Paraná. A campanha "Hora-atividade pra Valer" continua. Os(as) presentes aprovaram por unanimidade a continuação da campanha nas seguintes datas: 4, 10, 16 e 22 de abril.

A Assembleia Estadual deste dia 29 não foi encerrada. A categoria continua em assembleia permanente. O que significa, que a qualquer momento a direção do sindicato poderá reinstalá-la.

Prestação de contas

Antes da realização da assembleia extraordinária que deliberou pelo início da greve, houve uma assembleia geral ordinária com a prestação de contas da entidade referente ao ano de 2013 e a apresentação do Plano Anual de Aplicação Orçamentária para 2014. Após a leitura detalhada dos documentos e da exposição dos pareceres favoráveis do Conselho Fiscal da APP, tanto o balanço financeiro e patrimonial gerado no ano passado, como a previsão de investimentos para este ano, foram aprovados por unanimidade dos participantes.

O secretário de Finanças da APP-Sindicato, professor Miguel Baez, explica que a entidade aprimora ano após ano sua gestão financeira e administrativa e considerou sobre o crescimento do Sindicato. 'Com o atual ritmo de crescimento da APP, tanto em estrutura física, quanto em número de sindicalizados, temos a certeza que em 2014 teremos números ainda mais otimistas', avaliou o secretário.

Portal da CUT

Câmara dos Deputados votará nova Lei que regulamenta profissão de motorista

31/03/2014

Atual Lei 12.619 é impraticável no Brasil, avalia o presidente da CNTT/CUT

Escrito por: CNTT/CUT

A Câmara dos Deputados está prestes a votar um novo Projeto de Lei que regulamenta a profissão de motorista no Brasil. A informação foi confirmada em primeira mão pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes (CNTT/CUT), Paulo João Estausia, Paulinho, no Seminário de Logística da CUT, na sexta-feira, dia 28 de março.

Se for aprovado o texto substituirá a atual Lei 12.619, sancionada pela presidenta Dilma em vigor há dois anos no Brasil, que é considerada impraticável no País na avaliação da CNTT. A legislação vale para os motoristas que trabalham com o transporte de passageiros em rodovias e de cargas.

Paulinho citou alguns pontos críticos que inviabilizam o cumprimento da atual Lei, como a falta de estrutura nas rodovias. "Como o motorista autônomo ou celetista vai parar para descansar, se as rodovias não têm este suporte. Na nova Lei, há a exigência de estrutura de parada obrigatória nas margens das rodovias, ou nos locais de carregamento, de carga e descarga", disse.

Outra mudança é sobre o tempo da parada obrigatória. Na atual Lei, o motorista tem que parar para descansar a cada quatro horas e meia. "Os profissionais do volante têm dificuldades em cumprir, porque quando eles se aproximam da sua residência, por exemplo, dá hora de parar e aí eles não conseguem. Para resolver este problema, negociamos o aumento da parada para cinco horas e meia", conta.

Paulinho conta que outros pontos positivos são a realização de exames médicos periódicos, que serão custeados pelos empresários, e a realização de cursos de formação profissional.

Consenso

O presidente da CNTT disse que a nova Lei tem consenso entre os trabalhadores em transportes, caminhoneiros autônomos, bancada patronal e governo federal. "Foi um longo debate. A nova Lei ficou muito bom para os trabalhadores em geral e aguardamos a sua aprovação no Congresso Nacional", finaliza Paulinho.

Portal da CUT

CUT participa de bloqueios de BRs e mobilização no Recife por Reforma Agrária e Justiça Social

31/03/2014

Organizações sociais do campo aguardam respostas dos governos Estadual e Federal sobre o documento "Diretrizes para reestruturação socioprodutiva da Zona da Mata"

Escrito por: Chico Carlos com informações da Fetape

A Zona da Mata de Pernambuco amanheceu, nesta segunda-feira, 31/03, com mobilizações e bloqueios de BRs realizados por mais de dois mil trabalhadores e trabalhadoras rurais da região. Foram bloqueados os trechos da BR 101 Sul, na altura da Fábrica da Vitarella; da BR 101 Norte, próximo à Usina Maravilha, em Goiana; e da BR 232, em frente ao Parque Aquático, em Moreno; em Gaibu/Cabo de Santo de Agostinho, entrada Sul de Suape (petroleiros, vigilantes, trabalhadores da borracha, metalúrgicos, MST, MSTs e movimentos sociais). Além desses trancamentos, um ato público foi realizado na praça do Derby, no Recife, com distribuição de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura camponesa e panfletagem.

O presidente da Central, Carlos Veras, classificou a Mobilização por Reforma Agrária e Justiça Social na Zona da Mata como importante, porque unificou as lutas das organizações e entidades do campo. Destacou, também, a expressiva adesão dos sindicatos cutistas, do serviço público, da iniciativa privada e do campo. Ele repudiou a ação truculenta e agressiva por parte do Governo do Estado, através da Polícia Militar, na BR-101 Sul, próximo a Fábrica da Vitarella. "Um companheiro de 60 anos foi agredido por PMs de forma absurda. Essa prática nefasta aconteceu durante a ditadura militar, onde trabalhadores e estudantes eram espancados covardemente em manifestações. Aqui em Pernambuco está se tornando uma rotina", acentuou.

Segundo ele, passados 50 anos, a população do campo ainda vive sob a herança do Golpe Militar e sonha com a democratização das terras. O modelo de desenvolvimento imposto pela Ditadura para o campo ainda permanece inalterado e os movimentos sociais de luta pela terra continuam sendo insistentemente criminalizados por levantarem a bandeira da Reforma Agrária.

Veras destacou que os trabalhadores estão reivindicando uma série de medidas emergenciais e estruturantes para a região, no que diz respeito à permanência e acesso à terra e ao território; assalariamento rural; sistema produtivo, agroecologia, segurança e soberania alimentar; e políticas públicas e projetos/programas sociais.

O sindicalista disparou críticas contra o Governo do Estado que recentemente liberou mais de R\$ 30 milhões para usinas falidas, ao invés de desapropriar terras para a reforma agrária e produção de alimentos; protestou também contra o suposto desvio de recursos do programa Chapéu de Palha para obras de acesso à Arena Pernambuco. "Reivindicamos que o programa seja desvinculado do programa Bolsa Família e que seja garantido meio salário mínimo aos trabalhadores (as)", frisou.

O presidente da CUT lembrou que há sete meses as organizações sociais do campo entregaram aos governos Estadual e Federal o documento "Diretrizes para reestruturação socioprodutiva da Zona da Mata". São 85 propostas em contraposição ao modelo de desenvolvimento excludente e injusto vigente na região. Porém, passados sete meses da entrega do documento, nenhuma medida foi anunciada pelos órgãos estatais. "Hoje, dia 31 de março de 2014 foi dado o primeiro passo. Se o Governo não responder com ações concretas vamos continuar mobilizados e nas ruas, cobrando nossos direitos", enfatizou.

As mobilizações foram organizadas por diversos movimentos e organizações sociais e sindicais que atuam luta pela terra e por condições mais dignas de vida para a população que mora e trabalha no campo. São elas: FETAPE, CPT, MST, Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Zona da Mata, Contag, Sabiá, Serta, Fase, Centro Josué de Castro, LecGeo/UFPE, ICN, Assocene, Coopagel, Coopag e Centro das Mulheres do Cabo.

Portal da Força Sindical

Terceirizados da Petrobras fazem paralisação e exigem piso salarial da construção civil do RJ

Os 52 empregados terceirizados da Sodexo Operacional que trabalham numa unidade da Petrobras no Maracanã ameaçam fazer nova paralisação de advertência caso não recebam o piso da construção civil.

Atualmente, pelo contrato da Petrobras com a terceirizada, o pagamento dos funcionários é feito conforme os salários negociados pelo Sindicato de Asseio e Conservação, mais baixos que os da construção civil.

Porém os empregados desempenham funções de pedreiro, montador e carpinteiro.

Na última quarta-feira (26 de março), o Sintraconst-Rio foi até a unidade da Petrobras, chamada de EDIHB (Edifício Horta Barbosa). O objetivo é regularizar o enquadramento sindical.

A Sodexo Operacional ficou de apresentar uma proposta na sexta-feira (28 de março) ao Sindicato. Essa proposta será levada aos empregados para avaliação já na segunda-feira (31 de março) pela equipe 6 do Departamento de Segurança do Trabalho do Sintraconst-Rio.

A reivindicação dos trabalhadores é para que a Sodexo atenda integralmente a convenção coletiva da construção civil. Ou seja, além dos pisos salariais, o vale-refeição deve ser de 20 reais e os empregados devem receber o tíquete-assiduidade (155 reais).

Portal da CSB

FESERP-MG e CSB homenageiam Clodesmidt Riani

Evento ocorreu em Belo Horizonte na inauguração da sede da Federação

A Federação Única Democrática de Sindicatos das Prefeituras, Câmaras Municipais, Empresas Públicas e Autarquias de Minas Gerais (FESERP-MG) inaugurou sua sede em Belo Horizonte, na última sexta-feira, dia 28. O evento contou com a participação da CSB. Os representantes da Central que compareceram a cerimônia foram o presidente, Antonio Neto, o vice-presidente, José Avelino Pereira (Chinelo), e o secretário-geral, Alvaro Egea.

O prédio da sede recebeu o nome de Clodesmidt Riani, uma homenagem ao dirigente sindical e político mineiro. Para Riani, a homenagem da FESERP-MG é uma das mais valiosas, exatamente por estar ligada à luta dos trabalhadores. "Ter o nome eternizado em um símbolo do movimento sindical não tem preço", disse.

Segundo o presidente da FESERP-MG, Cosme Nogueira, a sede significa um passo importantíssimo na consolidação do movimento sindical em Minas Gerais. "Nós seremos um ponto de união, debate e de formação de conhecimento. Sem a CSB não haveria a FESERP-MG; sem os nossos sindicatos, que nos apoiam em todos os momentos, não haveria uma Federação forte e combativa no Estado", conta Nogueira.

De acordo com o dirigente, Riani merece ser lembrado e conhecido por todo o Brasil. "Essa homenagem é o mínimo que nós podemos fazer diante do muito que ele merece, pela sua história, vida e luta na defesa da classe trabalhadora. Além disso, queremos que o nome de Clodesmidt Riani seja cada vez mais divulgado, para que as futuras gerações saibam o quanto ele foi importante para a história do nosso país", completou.

Para o presidente da CSB, Antonio Neto, resgatar as memórias do movimento sindical é fundamental, pois os trabalhadores construíram boa parte da história da nossa nação. "Meu pai foi sindicalista na época da ditadura. Foram momentos difíceis, muitas famílias perderam pais e mães que estavam lutando por um país mais igualitário. A inauguração dessa sede representa a força que os sindicatos têm e também o espaço que vem sendo conquistado pelos trabalhadores", afirmou.

Clodesmidt Riani

O sindicalista homenageado é mineiro de Rio Casca e radicado em Juiz de Fora. Tem 93 anos e dedicou toda a sua vida à defesa dos direitos e das liberdades civis dos trabalhadores. Sua militância sindical começou em 1949, em uma comissão de trabalhadores que discutiu os salários e benefícios das Empresas de Carris Urbano de Juiz de Fora. Foi líder atuante junto a associações e conselhos de trabalhadores, representando a categoria em conferências internacionais.

Em 1964, ano do Golpe Militar no Brasil, ele era presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do Comando Estadual dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais (CET) e membro-adjunto do Bureau Internacional do Trabalho (de Genebra-Suíça). Riani também foi deputado estadual pelo PTB entre 1954 e 1964 – carreira interrompida devido à sua cassação e prisão pelos militares. "Não me arrependo de nada. Sofri e fiz meus familiares sofrerem, mas lutei, e sem luta nada se consegue", disse Clodesmidt Riani.

Portal Gestão Sindical

Pesquisa da Contraf aponta que bancos cortaram 1.864 empregos em 2014

27/03/2014 por Brasil de Fato

Da Contraf/CUT

O sistema financeiro fechou 1.864 postos de trabalho nos dois primeiros meses de 2014. Enquanto bancos privados lideraram cortes, a Caixa Econômica Federal abriu 826 vagas no mesmo período, o que impactou positivamente. A redução de empregos nos bancos contraria o movimento da economia do país, que gerou 302.190 postos de trabalho em janeiro e fevereiro.

Os dados constam na Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) divulgada nesta terça-feira (25) pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), que faz o estudo

em parceria com o Dieese, com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Segundo o estudo, os bancos brasileiros contrataram 5.124 funcionários no primeiro bimestre do ano e desligaram 6.988. Um total de 18 estados apresentaram saldos negativos de emprego. Os maiores cortes ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com 715, 262 e 222 vagas, respectivamente.

"Os bancos brasileiros, principalmente os privados, mesmo acumulando lucros bilionários, continuaram reduzindo postos de trabalho neste início do ano, a exemplo dos últimos meses de 2013, o que não se justifica. Somando-se o lucro dos cinco bancos que já divulgaram os seus balanços (BB, Itaú, Bradesco, Santander e HSBC) chega-se a R\$ 50 bilhões. Desta forma, eles andam na contramão da economia brasileira, prejudicam o emprego dos bancários e não contribuem para o crescimento com distribuição de renda", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

Mulheres continuam ganhando menos do que os homens

A pesquisa revela que as mulheres, ainda que representem metade da categoria, continuam sendo discriminadas pelos bancos na sua remuneração, ganhando menos do que os homens não somente na contratação como também no desligamento.

Enquanto a média dos salários dos homens na admissão foi de R\$ 3.678,54 nos dois primeiros meses do ano, a remuneração das mulheres ficou em R\$ 2.765,15, valor que representa 75,2% da remuneração de contratação dos homens.

Já a média dos salários dos homens no desligamento foi de R\$ 6.212,84, enquanto a remuneração das mulheres foi de R\$ 4.543,54. Isso significa que o salário médio das mulheres no desligamento equivale a 73,1% da remuneração dos homens.

"Essa discriminação reforça ainda mais a luta da categoria por igualdade de oportunidades na contratação, na remuneração e na ascensão profissional", destaca Cordeiro.

Rotatividade diminui salários dos bancários e das bancárias

A pesquisa mostra também que o salário médio dos admitidos pelos bancos no primeiro bimestre do ano foi de R\$ 3.229,33 contra o salário médio de R\$ 5.407,33 dos desligados. Assim, os trabalhadores que entraram no sistema financeiro recebem valor médio equivalente a 59,7% da remuneração dos que saíram.

A rotatividade no sistema financeiro contrasta fortemente com a do conjunto da economia brasileira, para a qual a remuneração média dos trabalhadores desligados no período correspondeu a 94% da recebida pelos admitidos.

"Infelizmente, os bancos privados continuam praticando rotatividade, esse instrumento perverso usado para reduzir a massa salarial e turbinar ainda mais os lucros", critica o presidente da Contraf-CUT. "Nos últimos dez anos, os bancários conquistaram aumentos reais consecutivos, mas esses ganhos foram corroídos pela rotatividade, reduzindo o crescimento da renda da categoria", denuncia.

Para Cordeiro, "os números da pesquisa fortalecem ainda mais a determinação dos bancários de ampliar a luta contra as demissões e pelo fim da rotatividade, por mais contratações e contra o PL 4330 da terceirização, como forma de proteger e ampliar o emprego da categoria e da classe trabalhadora".

Maior concentração de renda nos bancos

A pesquisa reforça ainda a luta dos bancários por distribuição de renda. Enquanto no Brasil, os 10% mais ricos no país, segundo estudo do Dieese com base no Censo de 2010, têm renda média mensal 39 vezes maior que a dos 10% mais pobres, no sistema financeiro a concentração de renda é ainda maior.

No Itaú, cada diretor recebeu, em média, R\$ 9,05 milhões em 2012, o que representa 191,8 vezes o que ganhou o bancário do piso salarial. No Santander, cada diretor embolsou, em média, R\$ 5,62 milhões no mesmo período, o que significa 119,2 vezes o salário do caixa. E no Bradesco, que pagou, em média, R\$ 5 milhões no ano para cada diretor, a diferença para o salário do caixa foi de 106 vezes.

Desta forma, para ganhar a remuneração mensal de um executivo, o caixa do Itaú tem que trabalhar 16 anos, o caixa do Santander 10 anos e o do Bradesco 9 anos.

"Essa diferença que separa os ganhos dos altos executivos e os salários dos bancários atenta contra a justiça social e contribui para a vergonhosa posição do Brasil entre os 10 países mais desiguais do mundo", conclui o presidente da Contraf-CUT.

Portal Mundo Sindical

Secor esclarece direitos de trabalhador temporário

Depois do Natal e Dia das Mães, a Páscoa, esse ano comemorada em 20 de abril, é um ótimo período para contratações temporárias, devido o aumento das vendas no comércio. De acordo com a

Associação Brasileira das Empresas de Serviços Terceirizáveis e de Trabalho Temporário (Asserttem), a estimativa é de que mais de 73,7 mil trabalhadores temporários sejam contratados no final de março.

Ainda de acordo com o balanço, o comércio será responsável por 40% dessas contratações, ocupando vagas de balconista, degustador, demonstrador e repositor, com salários que variam entre R\$ 750 e R\$ 1,3 mil.

Para o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Osasco e Região (Secor), José Pereira da Silva Neto, esse é o momento para trabalhadores acharem uma oportunidade de efetivação no mercado. "Segundo o balanço feito pela Asserttem, 8% desses temporários têm chance de efetivação. É uma ótima oportunidade para ganhar um dinheiro extra e tentar a recolocação no mercado de trabalho. Hoje, as empresas usam esses profissionais para treinar para vagas efetivas", completa.

Além disso, o presidente do Secor explica quais os direitos do trabalhador temporário. "Esse profissional tem os mesmos direitos e benefícios que um funcionário contratado pelo regime da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), como o registro na carteira de trabalho", explica.

Os temporários também têm direito a remuneração equivalente a dos empregados da mesma categoria; jornada equivalente; horas extras; adicional por trabalho noturno; repouso semanal remunerado; férias proporcionais; 1/3 das férias; 13º salário; e proteção previdenciária. Os trabalhadores não têm direito a aviso prévio e 40% da multa sobre o FGTS. Em caso de descumprimento de algum direito, o comerciante deve procurar o Sindicato.

Fonte: Nova Onda Comunicação - 31/03/2014

Portal Mundo Sindical

Mercedes vai dar férias coletivas a 450 funcionários em fábrica Juiz de Fora

Na tentativa de readequar a produção, 450 funcionários da linha de produção da fábrica da Mercedes-Benz em Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, vão entrar de férias coletivas no período de 22 de abril a 12 de maio. A medida, segundo a empresa, "pretende adequar a produção de caminhões feita na cidade à realidade dos mercados brasileiro e argentino."

"Se for necessário, a redução da jornada continuará nos próximos meses", advertiu a montadora, por meio de sua assessoria de imprensa, em São Paulo.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora garante que não participou de nenhuma negociação para definição da medida que será adotada na cidade.

- Recebi um telefonema informando sobre a decisão das férias coletivas - afirmou o presidente do sindicato, João César da Silva. A Mercedes contesta essa informação, diz ter informado sobre as férias com bastante antecedência.

Segundo Silva, a empresa não detalhou quantos funcionários seriam afetados, nem como funcionaria o esquema de pagamento. O sindicalista diz que há preocupação com relação ao futuro da fábrica.

- É a segunda vez neste início de ano que a Mercedes concede férias coletivas aos trabalhadores. A primeira ocorreu entre 29 de fevereiro e 7 de março - ressalta. - Isso causa insegurança, não só pela possibilidade de demissões, mas também com relação ao que vai ocorrer com a unidade local.

Na próxima semana, o sindicato irá se reunir com os trabalhadores para discutir a situação. No início do mês foi realizada audiência pública na Câmara Municipal de Juiz de Fora para discutir a situação dos metalúrgicos.

Na ocasião, as demissões na planta da cidade, a transferência da distribuição e do faturamento de veículos importados da cidade para Iracemápolis, em São Paulo, e o indicativo de 30 dias de férias coletivas teriam preocupado a categoria. O receio era a possibilidade de esvaziamento da fábrica, que hoje utiliza cerca de 35% da sua capacidade produtiva e mantém entre 800 e 850 funcionários, sendo que já chegou a ter mais de 1 mil.

Fonte: Ezequiel Fagundes/Agência O Globo - 31/03/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato declara greve geral de servidores públicos no ES

A categoria dos servidores públicos do Espírito Santo aprovaram, na última quinta-feira (27), uma greve geral em 51 órgãos públicos do estado. De acordo com o diretor financeiro do Sindicato de Servidores Públicos (Sindipúblicos), Haylson de Oliveira, pelo menos quatro órgãos tiveram parte das suas atividades comprometidas, nesta segunda-feira (31). A categoria reivindica o aumento de salários e benefícios, como o auxílio alimentação, e a melhoria dos serviços públicos prestados à população. Segundo a Secretaria de Recursos Humanos do estado (Seger), o governo reconhece a

greve como legítima e entende as reivindicações, mas afirmou que não poderá atender a todos os pedidos dos servidores.

O Departamento Estadual de Trânsito (Detran-ES) é um dos órgãos mais afetados pela paralisação geral. Quem precisa realizar provas ou atendimentos referentes à Legislação não vai conseguir receber o serviço. Além do Detran, o IDAF, o INCAPER e o IEMA também tiveram as atividades comprometidas. "Alguns serviços não estão sendo feitos, como serviços de habilitação, de licenciamento na Junta Comercial, serviços de extensão rural e pesquisa, no Incaper, no Idaf. Hoje não vamos parar 100%. É um movimento crescente. Os serviços ainda não estão prejudicados", afirmou o diretor do Sindipúblicos Haylson de Oliveira.

A decisão de paralisar as atividades aconteceu durante uma Assembleia Geral do sindicato, em Vitória. De acordo com o Sindipúblicos, a categoria reivindica "a concessão do auxílio-alimentação para os servidores que recebem por subsídio; reajuste do auxílio-alimentação, de R\$132,00; política pública de gestão de pessoas que contemple as demandas dos servidores; reposição das perdas salariais e fixação da data base em mês específico e regulamentação do adicional de insalubridade e do auxílio-creche", segundo documento divulgado pelos sindicalistas.

Haylson ainda disse que o não houve nenhum tipo de negociação com o governo estadual sobre essa pauta. "O governo desdenhou da nossa pauta, que foi entregue desde o ano passado, eles mandaram apenas um representante, que não tinha poder de decisão, para dizer que tivéssemos fé. Isso é um deboche conosco. Infelizmente a gente teve que tomar essa decisão e vamos tentar fazer uma greve de convencimento, de adesão, e entendemos que nem 30% de participação estarão garantidos", completou.

Governo do estado

De acordo com a subsecretária de Recursos Humanos, Sandra Helena Bellon, o governo está preparado para a greve. "A gente reconhece que a greve é um movimento democrático, mas também estamos preparados para receber o movimento de uma forma pacífica. Vamos remanejar servidores para garantir todas as atividades que são essenciais, mantendo os serviços que são prestados à população", afirmou.

Sobre a principal reivindicação feita, do auxílio-alimentação, a subsecretária reconhece que há uma defasagem no valor pago pelo benefício. "Reconhecemos essa defasagem no auxílio-alimentação. Já investimos para os servidores públicos efetivos e aposentados cerca de R\$400 milhões em reformulação de carreira, desde 2002. Em relação ao auxílio alimentação, já fizemos alguns estudos, mas atender ao que é reivindicado pelo sindicato ainda não é possível, acarretaria um aumento muito grande nas despesas", disse Bellon.

Ao todo, o governo do Espírito Santo possui mais de 60 mil servidores em atividade, em secretarias e autarquias.

Fonte: G1 ES, com informações da TV Gazeta - 31/03/2014

Portal da CTB

Contag relembra o significado dos 50 anos do Golpe de 1964

O Golpe Civil-Militar de 1964 completou 50 anos em 31 de março de 2014. Nos últimos anos, várias publicações trouxeram à tona o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão Nacional da Verdade. A Contag também integra a Comissão Camponesa da Verdade. O objetivo é pesquisar e relatar o cenário de violência, censura e arbitrariedades ocorridas no meio rural no período da ditadura.

Durante e após o golpe, vários dirigentes sindicais foram mortos, torturados, presos e perseguidos, como aconteceu com Lyndolpho Silva, ex-presidente da Contag, entre outros. No Nordeste, uma das regiões mais atingidas, os efeitos foram imediatos e brutais, com a prisão e o assassinato de dezenas de líderes. O Exército ocupou e interveio na maioria dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região.

Nos primeiros anos da ditadura, apesar da violência registrada, ainda havia certo espaço para as manifestações populares, mas a situação se tornaria ainda mais crítica nos anos 1970, época que ocorreu o maior número de casos de prisões e assassinatos de líderes camponeses.

Um estudo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicou que, entre 1964 e 1989, o Brasil contabilizou 1.566 assassinatos de trabalhadores(as) rurais, dos quais há registro apenas de 17 julgamentos e de oito condenações, numa clara caracterização da impunidade. Vale destacar que muitos desses crimes foram cometidos por milícias contratadas por latifundiários que eram tutelados em suas ações pelos Estado brasileiro. Este fato dificultou, ao longo desses anos, identificar a responsabilidade do Estado na execução destes crimes e a consequente promoção de reparações aos familiares.

Verônica Tozzi - Contag

Diap, 31/03/14

Congresso Nacional lembra 64, 50 anos depois, em sessões solenes

Nesta terça-feira (1º), o golpe de 1964 completa 50 anos. Atos na Câmara e no Senado vão relembrar e repudiar os fatos relacionados aos 21 anos de poder militar marcados por prisão, tortura e morte dos adversários do regime. Cassação de direitos políticos, censura, repressão, suspensão das eleições diretas para presidente da República e governadores de estado foram outras restrições à cidadania impostas pelo regime de exceção.

Na segunda (31), o Senado promove, a partir de 11h, sessão especial para lembrar os 50 anos do golpe de 1964. O pedido para a sessão foi feito pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), ele próprio vítima dos anos de chumbo.

Na terça-feira (1º) será a vez dos deputados recordarem os fatos relacionados ao dia 1º de Abril de 1964. A sessão solene ocorre a partir das 9h30, no Plenário Ulysses Guimarães, da Câmara Federal.

CPI da Petrobras

O requerimento que pede a criação da CPI da Petrobras pode ser lido no Senado por Renan Calheiros (PMDB-AL) na terça-feira (1º). Ainda na terça-feira está prevista reunião de líderes do PSDB, do DEM, do PPS e do SDD para tentar viabilizar uma CPI Mista da Petrobras. Em local e horário a definir. O texto tem 28 assinaturas, uma a mais do que o mínimo necessário. No dia em que for lido, os senadores terão até meia-noite para retirar suas assinaturas, se assim o desejarem. O governo pressiona para que isso ocorra. O requerimento para a criação de uma possível CPI Mista, composta de deputados e senadores, deve ser apresentado na quarta-feira (2).

Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne, esta semana, para decidir a taxa básica de juros, atualmente em 10,75% ao ano. A expectativa é de nova alta, de 0,25%. A ata da reunião será divulgada no dia 10 de abril.

Doações de empresas em eleições

O STF retoma, na quarta-feira (2), o julgamento de ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra doações de empresas para campanhas eleitorais. Há quatro votos contra as doações e nenhum a favor. O ministro Luiz Fux, relator do processo, o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, e os ministros Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso votaram pelo fim das doações privadas. O STF também decidirá se a proibição vale para este ano ou não.

Subcomissão Parlamentar da Verdade

Também na terça, às 14h, será reinstalada a Subcomissão Parlamentar da Verdade da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, criada em 2012, quando realizou o projeto de devolução simbólica dos mandatos dos 173 deputados federais arbitrariamente cassados pelo regime de exceção. Este evento promovido pela Comissão Parlamentar da Verdade e Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara ocorrerá no Auditório Nereu Ramos.

Comissão de Cultura

Mais tarde, às 16h, a Comissão de Cultura da Câmara realiza o ato público: Círculo de leitura de textos teatrais produzidos no período da ditadura militar de 1964, com o tema "Ditadura nunca mais! – a cultura e a resistência ao golpe". Em seguida, lideranças do PT, do PCdoB e do PDT no Congresso Nacional farão ato em homenagem à resistência e luta pela democracia. Esses dois eventos acontecerão no Hall da Taquigrafia.

Rubens Paiva

No final do dia, às 18h, haverá o lançamento do livro Perfil Parlamentar do deputado federal Rubens Paiva (morto durante o regime militar). Será no Auditório Nereu Ramos.

PNE em debate "internético"

A Câmara dos Deputados realiza, nesta terça-feira (1º), às 11 horas, videochat com o relator do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8.035/10), deputado Angelo Vanhoni (PT- PR). O plano, que já havia sido aprovado pelos deputados em 2012, sofreu alterações no Senado e, por essa razão, voltou para análise da Câmara. O videochat vai ser transmitido ao vivo pelo portal Câmara Notícias e pela TV Câmara e terá duração de uma hora. Qualquer pessoa poderá participar, enviando perguntas pela internet (em bate-papo que estará disponível no dia do debate) ou pelo Disque Câmara (0800 619 619).

Comissão geral

Na terça-feira (1º), a partir das 10h, o plenário da Câmara dos Deputados se transforma em comissão geral para debater o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (Proforte - PL 6.753/13) e o projeto que trata da renegociação de dívidas dos clubes de futebol (PL 5.201/13).

Direitos das domésticas

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara promove na quarta-feira (2) ato público para celebrar um ano da promulgação da PEC das Domésticas (Emenda Constitucional 72). Vai ser no Hall da Taquigrafia, a partir das 16h.

AMB

Juízes e juízas de todo o País ligados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) planejam protocolar requerimentos nesta segunda-feira (31) pedindo alteração dos regimentos internos para que todos possam eleger presidentes e vices dos tribunais estaduais, federais, trabalhistas e militares.

Segundo o presidente da AMB, João Ricardo Costa, a data não foi escolhida por acaso. "Cinquenta anos depois do golpe militar de 1964, o Judiciário ainda não atingiu a democracia em sua plenitude. O que a magistratura postula é o mais elementar dos direitos: seu próprio direito ao voto dentro do Poder que ocupa."

Lista Quíntupla

Hoje, apenas desembargadores podem votar, e os candidatos figuram sempre entre os cinco mais velhos. "Trata-se de um modelo ultrapassado. Os candidatos precisam apresentar propostas para melhorias", diz Costa. Para ele, a mudança levaria ao aprimoramento do sistema judicial. A mudança já era uma bandeira levantada pela gestão anterior, comandada por Nelson Calandra.

Existe atualmente na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição que tenta definir eleições diretas para os tribunais (PEC 187/13).

Eleições 2014

No sábado (5) termina o prazo para desincompatibilização de cargos executivos de quem deseja se candidatar nas eleições gerais de outubro. (*Com Arko Advice*)

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Segunda-feira (31)

- Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participa da cerimônia de posse dos Conselhos de Administração e Fiscal do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob Confederação), em Brasília.

- Luiz Awazu Pereira, que acumula as diretorias de Assuntos Internacionais e de Regulação do Banco Central, recebe representantes do Banco Mundial na sede da autoridade monetária, em Brasília.

- Confederação Nacional da Indústria divulga o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec) de março.

- FGV divulga sondagem de Serviços e do Comércio de março.

- Sessão solene, às 10h, fará homenagem ao jubileu de prata da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). Será no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.

- Sessão especial vai lembrar os 50 anos do golpe militar de 1964, às 11h, no plenário do Senado Federal.

- Atuação policial em comunidades carentes, o alto índice de registros de autos de resistência e a cultura da violência praticada por agentes do Estado no período pós-ditadura militar estarão em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 8h30.

Terça-feira (1º)

- Presidente Dilma Rousseff dá posse ao deputado Ricardo Berzoini (PT-SP) como ministro da Secretaria de Relações Institucionais, em substituição a Ideli Salvatti (PT-SC), que assumirá a Secretaria de Direitos Humanos, no lugar da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que retorna à Câmara.

- Presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pode fazer leitura de requerimento que pede a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar compra de refinaria em Pasadena, nos EUA, pela Petrobras.

- Reunião de líderes do PSDB, DEM, PPS e SDD para viabilizar uma CPI Mista da Petrobras.

- Plenário da Câmara dos Deputados pode votar a MP 627/13, que faz várias mudanças na legislação tributária, como a reabertura de parcelamento de dívidas e a forma de tributação dos lucros de empresas coligadas no exterior.

- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado pode votar projeto de lei que estabelece o prazo máximo de 180 dias para o exame e a concessão de pedido de patente ou de registro de marca.

- Ministério do Desenvolvimento divulga o saldo da balança comercial em março.

- Início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

- Termina o mandato de Jaime César de Moura Oliveira como diretor da Anvisa.

- Sessão Solene, às 9h30, vai rememorar os fatos relacionados ao dia 1º de Abril de 1964. Será no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.
- Reunião da base aliada na Liderança do governo, às 9h30.
- Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara fará audiência pública para debater o acesso de autoridades às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular. Foram convidados, entre outros, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente da Anatel, João Batista de Rezende; e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A reunião será no plenário 13 da Casa, a partir das 14h30.
- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara promove audiência pública sobre a liberação de recursos ao Programa Nacional de Habitação Rural. Foram convidados, entre outros, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior; o ministro da Fazenda, Guido Mantega; o ministro das Cidades, Gilberto Occhi; e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. No plenário 6 da Casa, a partir das 14h30.
- Comissão do Esporte da Câmara realiza audiência pública sobre os investimentos e a organização dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Foi convidado o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, Carlos Nuzman. Em local a definir, a partir das 14h30.
- Violência contra os profissionais da comunicação é tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 8h30.
- Audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado irá instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) 236/12, que trata da reforma do Código Penal, e as matérias a ele anexadas. Está convidado para o debate o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Felix Fischer. Na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, às 9h.
- Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa, a partir das 10h, a indicação de Adalberto Tokarski para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).
- IBGE divulga Índice de Preços ao Produtor - Indústrias de Transformação relativo ao mês de fevereiro.

Quarta-feira (2)

- STF retoma o julgamento de ação da Ordem dos Advogados do Brasil que tenta proibir doação de empresas em eleições.
- Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), instala Comissão que vai investigar, em diligências externas, a denúncia de que funcionários da Petrobras receberam propinas milionárias da holandesa SBM Offshore.
- Comissão de Finanças e Tributação da Câmara faz reunião com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para discutir e analisar a execução orçamentária da União.
- Câmara dos Deputados promove debate sobre o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos (Proforte – PL 6.753/13) e o projeto que trata da renegociação de dívidas dos clubes de futebol (PL 5.201/13).
- Líderes da oposição na Câmara devem apresentar requerimento solicitando a criação de CPI Mista, formada de deputados e senadores, para investigar a compra da refinaria de Pasadena nos EUA pela Petrobras.
- Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara realiza audiência pública para avaliação dos resultados e da continuidade do programa Minha Casa, Minha Vida, modalidade Oferta Pública, destinado a municípios com até 50 mil habitantes. Foram convidados, entre outros, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o ministro das Cidades, Gilberto Occhi.
- Comissão Especial sobre o ICMS e Comércio Eletrônico (PEC 197/12), na Câmara, pode votar o parecer do relator, deputado Márcio Macêdo (PT-SE).
- Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia a taxa básica de juros (Selic).
- Comissão de Finanças e Tributação da Câmara realiza reunião mensal com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, para discutir e analisar a execução orçamentária da União e o desempenho das transferências constitucionais dos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (FPE, FPM, FNE, FNNO e FCO). Será na Sala da Presidência da comissão, a partir das 9h.
- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara vai recepcionar o ministro do Meio Ambiente da Finlândia, acompanhado de comitiva empresarial de alto nível do setor de tecnologia limpa. Será no plenário 2 da Casa, às 9h30.
- Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; de Constituição e Justiça e de Cidadania; e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara faz audiência pública sobre as circunstâncias da prisão, tortura, morte e ocultação de cadáver do ex-deputado federal Rubens

Paiva. Foi convidado o general reformado do Exército José Antônio Nogueira Belham. No plenário, às 9h30.

- Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara promove audiência pública para avaliação dos resultados e da continuidade do programa Minha Casa, Minha Vida, modalidade Oferta Pública, destinado a municípios com até 50 mil habitantes. Foram convidados, entre outros, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior; o ministro das Cidades, Gilberto Occhi; e a secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães. A partir das 11h, no plenário 16 da Casa.

- Comissão Especial de Transposição Hidroviária de Níveis (PL 5.335/09) realiza audiência pública para discutir a visão do setor de transportes sobre as hidrovias. Foram convidados, entre outros, o ministro dos Transportes, César Borges; o diretor-executivo do Dnit, Tarcísio de Freitas; e o representante da Federação Nacional das Empresas de Navegação Marítima, Fluvial, Lacustre e Tráfego Portuário, Raimundo Holanda. No plenário 14 da Câmara, às 14h30.

- CPI da Exploração do Trabalho Infantil faz audiência pública sobre o trabalho infantil doméstico: o desafio de superar a invisibilidade. Foram convidados, entre outros, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Delaíde Miranda Arantes; a secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Maria de Oliveira; e a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria de Oliveira. Em seguida, haverá votação de requerimentos. Em local a definir, a partir das 14h30.

- Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa, entre outros itens, projeto que tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos. A reunião da CCJ inicia às 10h, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado debate a conscientização do autismo. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, a partir das 11h.

- Reunião da Comissão de Segurança Pública do Senado vai discutir o financiamento e a unificação das polícias civil e militar; o controle mais rígido das armas; a atenção ao cidadão e à vítima; a vigilância privada; e a defesa civil. Os senadores discutem também projetos sobre terrorismo e vandalismo. Na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, a partir de 12h.

- Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para discutir a agenda que irá levar para a reunião do Parlamento do Mercosul no dia 7 de abril. Também estará em pauta a escolha dos parlamentares brasileiros que vão ocupar a presidência e a vice-presidência das comissões permanentes do Parlasul que são destinadas ao Brasil. Na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, a partir das 14h30.

- IBGE apresenta Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil referente ao mês de fevereiro.

Quinta-feira (3)

- STF pode julgar Recurso Extraordinário sobre reposição salarial para servidores públicos estaduais. A ação tramita no STF desde 2007. Os servidores alegam que os trabalhadores que recebem de acordo com o salário mínimo tiveram reajustes anuais de 69% nos últimos seis anos, enquanto o reajuste salarial deles ficou bem abaixo.

- Posse do novo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Nefi Cordeiro, às 17h.

- Sessão Solene fará homenagem aos 15 anos da Confederação Nacional dos Jovens Empresários e ao Dia da Indústria. No Plenário Ulysses Guimarães, às 9h.

- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara realiza audiência pública sobre as recomendações para assegurar acesso a medicamentos a custos compatíveis como medida integral para saúde como direito humano. Foram convidados, entre outros, o vice-presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Jorge Bermudez; a diretora da Open Society Foundations, Els Torreale; e representante da University School of Law (Boston), Brook Baker. No plenário 7 da Casa, às 9h30.

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara faz audiência pública sobre a poluição atmosférica nas grandes cidades. Foram convidados, entre outros, a pesquisadora do Instituto Saúde e Sustentabilidade, Evangelina Vormittag; e o pesquisador do Laboratório de Poluição Atmosférica da Faculdade de Medicina da USP, Paulo Saldiva. No plenário 8 da Casa, às 10h.

Sexta-feira (4)

- Vice-governador de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho, assume o cargo de governador em substituição a Antonio Anastasia (PSDB), que se desincompatibiliza do cargo para concorrer a uma vaga do Senado Federal nas eleições de 5 de outubro.

- Intervenções/Coletivo Brasil de Comunicação Social; e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República promovem o Seminário Nacional Mídia e Direitos Humanos. No plenário 2 da Câmara Federal, às 9h.

Sábado (5)

- Data limite, segundo o calendário eleitoral do TSE, para detentores de cargos nos executivos federal, estaduais e municipal que desejam concorrer nas eleições de outubro deixarem seus cargos (desincompatibilização).

Organizado por Ernesto Germano